



**REGULAMENTO  
DOS  
CEMITÉRIOS  
DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS  
DE  
REPESES E S. SALVADOR**



Aprovado em reunião da Junta de Freguesia em 5 de MARÇO de 2014

Aprovado em sessão da Assembleia de Freguesia de 28 de ABRIL de 2014



# **REGULAMENTO**

## **DOS CEMITÉRIOS DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REPESES E S. SALVADOR**

### **Preâmbulo**

A entidade responsável pela administração dos cemitérios, pertença da União de Freguesias, é a Junta de Freguesia (Artigo 2º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro).

Deve esta matéria ser objeto de regulamento, cuja aprovação compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta (Artigo 89º, n.º 1, alínea f) e 16º, n.º 1 alínea h) do anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro).

O direito mortuário encontra-se regulado de forma reduzida e algo dispersa. Assim, o Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro (alterado pelos Decretos-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro e n.º 138/2000, de 13 de Julho), consignou importantes alterações ao direito mortuário vigente.

Regia, até então, o Decreto-Lei n.º 48770, de 18 de Dezembro de 1968, que ainda se encontra em vigor, em tudo o que não contrarie o diploma citado no parágrafo anterior.

No que se refere à construção e polícia de cemitérios, regem as normas, ainda vigentes, do Decreto-Lei n.º 44220, de 3 de Março de 1962, que, sobre a matéria, podemos consultar.

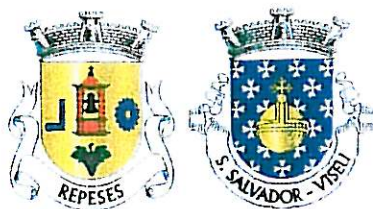
Outros preceitos dispersos são aplicáveis, contidos em diplomas que não regulam especialmente a matéria, mas que lhe fazem referência (como a atrás a referida Lei das Autarquias Locais, entre outras).

A questão que se presta a alguns equívocos, designadamente entre os particulares, é a dos terrenos para sepulturas e jazigos.

Sujeitos ao regime de concessão e não ao direito de propriedade pelos particulares, os terrenos dos cemitérios continuam no domínio da Freguesia, que os concede para as respetivas finalidades.

Desta forma, não é possível que esses terrenos sejam objeto de contrato de compra e venda, não lhes é atribuído artigo matricial, não se inscrevem nas Finanças, nem se registam nas Conservatórias do Registo Predial.

Considerando a normal atividade e finalidade dos cemitérios da União das Freguesias de Repeses e São Salvador, à luz do respetivo enquadramento jurídico, é elaborado o presente Regulamento.



## **Capítulo I**

### **Da organização e funcionamento dos serviços**

#### **Artigo 1.º (Finalidade)**

1 - Os cemitérios de Repeses, S. Salvador e de Paradinha destinam-se à inumação dos cadáveres de indivíduos falecidos na área da União das Freguesias de Repeses e de S. Salvador.

2 - Poderão ainda ser inumados nos cemitérios já referidos, observadas quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:

a) – Os cadáveres de indivíduos falecidos noutras Freguesias do Concelho, quando, por motivo de insuficiência de terreno, não seja possível a inumação nos respetivos cemitérios;

b) – Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;

c) – Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Junta da União das Freguesias, concedida em face de circunstâncias que se repute ponderosas.

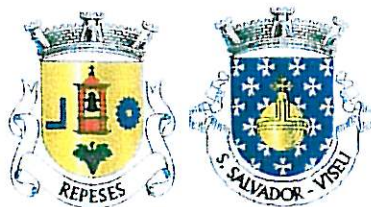
#### **Artigo 2.º (Funcionamento)**

1 - Os cemitérios de Repeses, S. Salvador e de Paradinha funcionam todos os dias para efeitos de inumação de cadáveres, das 9:00 às 18:00 horas (horário de inverno) e das 9:00 às 20:00 horas (horário de verão).

#### **Artigo 3.º (Serviços Existentes)**

1 - Afetos ao funcionamento normal dos cemitérios, haverá serviços de receção e inumação de cadáveres e serviços de registo e expediente geral, garantidos pela União das Freguesias.





#### **Artigo 4.º** **(Receção e Inumação)**

1 – Considera-se inumação, a colocação de cadáver em sepultura ou jazigo.

2 - A receção e inumação de cadáveres, estarão a cargo do coveiro indicado pela Junta da União das Freguesias, ao qual compete cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento, e Leis Gerais, bem como as deliberações da Junta da União das Freguesias relacionadas com aqueles serviços, bem como fiscalizar a observância, por parte do público e dos concessionários de jazigos ou sepulturas perpétuas.

#### **Artigo 5.º** **(Procedimento)**

1 – A pessoa ou entidade encarregada do funeral deve exigir o assento ou boletim de óbito, que será arquivado na Secretaria da Junta.

2 – São devidas taxas pelas inumações e outras prestações de serviços relativos aos cemitérios, bem como pela concessão de terrenos para jazigos e sepulturas, as quais constarão de tabela aprovada.

#### **Artigo 6.º** **(Registo e Expediente Geral)**

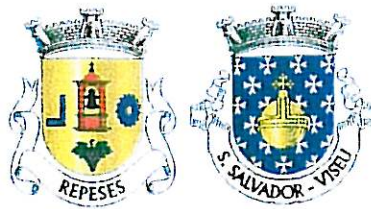
1 - Os serviços de registo e expediente geral funcionam no edifício 1 em Repeses e no edifício 2 em São Salvador, onde existirão, para o efeito, livros ou outros elementos de registo de inumações, exumações, transladações e concessões de terrenos, assim como quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento daqueles serviços.

## **CAPÍTULO II**

### **Das inumações**

#### **Secção I**

#### **Artigo 7.º** **(Locais)**



1 - As inumações não poderão ter lugar fora do cemitério público, devendo ser efetuadas em sepulturas ou jazigos.

2 - Podem, exceccionalmente, ser permitidas inumações fora do local designado no número anterior, nos termos legalmente consagrados.

### **Artigo 8.º (Recipientes)**

1 - Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixões ou urnas.

### **Artigo 9.º (Caixões ou Urnas de Zinco)**

1 - Os caixões ou urnas em zinco devem ser hermeticamente fechados e soldar-se-ão no cemitério, perante o Presidente da Junta da União das Freguesias ou seu representante.

2 - A pedido dos interessados, pode a soldagem do caixão ou urna, efetuar-se com a presença do Sr. Presidente da Junta ou do seu representante, no local donde partirá o esquife.

### **Artigo 10.º (Prazo Para a Inumação)**

1 - Nenhum cadáver será inumado em sepultura ou encerrado em caixão de zinco, antes de decorridas 24 horas sobre o falecimento e sem que, previamente, se tenha lavrado o respetivo assento ou auto de declaração de óbito.

2 - Quando circunstâncias especiais o exigirem, poderá fazer-se a inumação ou proceder-se-á à soldagem do caixão antes de decorrido aquele prazo, quando ordenada pela Autoridade de Saúde, nos termos da Lei.

### **Artigo 11.º (Taxas)**

1 - Pelo serviço de inumação é devida a respetiva taxa, constante da tabela em vigor, emitindo-se o competente recibo em conformidade com o disposto no artigo 5º.



### **Artigo 12.º** **(Registo)**

1 - A guia referida no n.º 1 do artigo anterior será registada no livro de inumações, mencionando-se o seu n.º de ordem, bem como a data de entrada do cadáver no cemitério e o local da inumação.

### **Artigo 13.º** **(Documentação)**

1 - Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta seja devidamente regularizada.

2- Decorridas 24 horas sobre o depósito, ou em qualquer momento, quando se verifique o adiantamento do estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada a documentação em falta, a Junta da União das Freguesias comunicará imediatamente às autoridades saúde ou policiais, para que tomem as providências adequadas.

## **SECÇÃO II** **Das Inumações em Sepulturas**

### **Artigo 14.º** **(Vala Comum)**

1 - Não são permitidos enterramentos em vala comum.

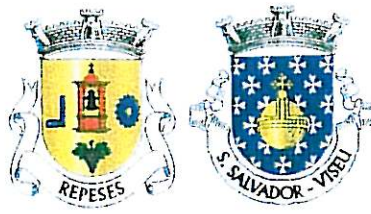
### **Artigo 15.º** **(Dimensões)**

1 - As sepulturas terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

Para Adultos

- Comprimento ----- 2 metros
- Largura ----- 0,65 metros
- Profundidade ----- 1,40 metros





**Para Crianças**

- Comprimento ----- 1 metro
- Largura ----- 0,55 metros
- Profundidade ----- 1,20 metros

**Artigo 16.º  
(Estrutura)**

1 - As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões tanto quanto possível retangulares e com a área para o máximo de noventa corpos.

2 - Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados de talhões, ser inferiores a 0,40 metros e, mantendo-se para cada sepultura, acesso mínimo de 0,60 metros de largura.

**Artigo 17.º  
(Talhões)**

1 - Além dos talhões privativos que se considerem justificados, poderá haver secções para os enterramentos de crianças, separados dos locais onde se destinam aos adultos.

**Artigo 18.º  
(Classificação)**

1 - As sepulturas classificam-se de temporárias e perpétuas:

a) - Consideram-se temporárias as sepulturas para inumação por 3 anos/período local, findos os quais poderá proceder-se à exumação.

b) - Definem-se como perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela Junta da União das Freguesias, a requerimento dos interessados.



### **Artigo 19.º** **(Sepulturas Temporárias)**

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º2 do artigo 23º, é proibido, nas sepulturas temporárias, o enterramento de caixões ou urnas de zinco, e de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

### **Artigo 20.º** **(Sepulturas Perpétuas)**

1 - Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira, ou de zinco.

2 - Para efeitos de nova inumação, poderá proceder-se à exumação de corrido o prazo legal de três anos, desde que nas urnas anteriores se tenha utilizado caixão próprio para inumação temporária.

3 - Com caixões de zinco, poderão efetuar-se dois enterramentos quando:

- a) – Anteriormente só se utilizaram caixões apropriadas para inumação temporária;
- b) – As ossadas encontradas se removerem para ossário ou tenham ficado sepultadas abaixo do primeiro caixão e este se enterrou a profundidade que exceda os limites fixados no artigo 15.º;

## **SECÇÃO III** **Das Inumações em Jazigos**

### **Artigo 21.º** **(Jazigos)**

1 - Nos jazigos só é permitido inumar cadáveres encerrados em caixões de Zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura de 4 mm.





### **Artigo 22.º** **(Caixões Deteriorados)**

1 - Quando um caixão em jazigo apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados, a fim de a mandarem reparar, marcando-se-lhes, para esse efeito, o prazo julgado conveniente.

2 - Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no corpo deste artigo, a Junta da União das Freguesias ordená-la-á, correndo as despesas por conta dos interessados.

3 - Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do Presidente da Junta da União das Freguesias, tendo esta nos casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

### **CAPITULO III** **Noção de Exumação**

#### **Artigo 23.º** **(Proibições)**

1 - Entende-se por exumação, a abertura da sepultura ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver.

2 - É proibido abrir-se qualquer sepultura antes de decorrer o período legal de inumação de três anos, salvo em cumprimento de mandato judicial, ou tratando-se de sepulturas perpétuas, para se realizar o segundo dos enterramentos previstos no ponto 3 do artigo 20.º.

#### **Artigo 24.º** **(Procedimento de Exumação)**

1 - Passados três anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação.

2 - Logo que seja decidida uma exumação, o Presidente da Junta da União das Freguesias fará publicar avisos convidando os interessados a acordarem, com os serviços do cemitério no prazo estabelecido, quanto à data a partir da qual aquela poderá ter lugar e sobre o destino das ossadas.



3 - Se correr o prazo fixado nos avisos a que se refere o número anterior sem que os interessados promovam qualquer diligência, será feita a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, que serão removidas para os ossários ou enterradas no próprio coval a profundidades superiores às que se estabelecem no art.º 15.º.

### **Artigo 25.º** **(Suspensão da Exumação)**

1 - Se no momento da exumação não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-se inumado, por períodos sucessivos de três anos, até à mineralização do esqueleto, sem a qual não poderá proceder-se a novo enterramento.

### **Artigo 26.º** **(Caixão de Zinco)**

1 - A exumação das ossadas de um caixão de zinco ou de chumbo já existente, inumado em jazigo, só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a mineralização do esqueleto.

2 - A mineralização a que alude este artigo será obrigatoriamente verificada pela autoridade de saúde concelhia.

### **Artigo 27.º** **(Ossadas Exumadas)**

1 - As ossadas exumadas de caixão, por manifesta urgência ou vontade dos interessados, se tenham removido para sepultura, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º, serão depositados no jazigo originário ou no local acordado com a Junta da União das Freguesias.

## **CAPITULO IV** **Das Trasladações**

### **Artigo 28.º** **(Noção de Trasladação)**



1 - Entende-se por trasladação a remoção para outro local de restos mortais já inumados, bem como a de cadáveres ainda por inumar para cemitério de localidade diferente daquela onde ocorreu o óbito.

### **Artigo 29.º** **(Procedimento de Trasladação)**

1 - Antes de decorridos três anos sobre a data da inumação só serão permitidas trasladações de restos mortais já inumados quando estes se encontrem em caixões de zinco devidamente resguardados e localizados em Jazigos.

### **Artigo 30.º** **(Trasladação para Cemitério Diferente)**

1 - As exumações, quando se tenha em vista a trasladação para outro cemitério, assim como o encerramento de cadáveres a trasladar para fora da localidade onde os óbitos ocorreram, deverão fazer-se em caixão de zinco devendo a folha empregue no seu fabrico a espessura de 4 mm.

### **Artigo 31.º** **(Autorização)**

1 - As trasladações serão requeridas pelos interessados ao Presidente da Junta da União das Freguesias, só podendo efetuar-se com autorização desta.

2 - Têm legitimidade para requerer a trasladação o cônjuge sobrevivente, ou, não existindo este, a maioria dos descendentes do finado (maiores ou emancipados), e, na falta de todos, o seu parente mais próximo, bem como o testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária.

3 - A autorização será concedida mediante o pagamento da respetiva taxa

4 - A autorização para a condução do cadáver a trasladar, não será emitida, sem que a entidade responsável pelo cemitério para onde vai ser trasladado, emita parecer favorável.





### **Artigo 32.º** **(Averbamento)**

1 - Nos livros de registo do cemitério far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efetuadas.

## **CAPÍTULO V** **Da Concessão de Terrenos**

### **SECÇÃO 1** **Das Formalidades**

#### **Artigo 33.º** **(Concessão)**

1 - A solicitação dos interessados, a Junta da União das Freguesias poderá fazer concessão de terrenos, nos cemitérios, para sepulturas perpétuas e construção ou remodelação de jazigos particulares.

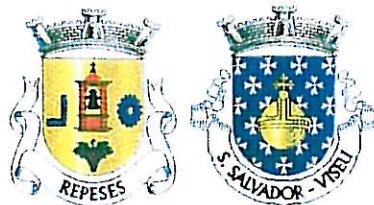
2 - A solicitação deverá indicar o terreno, identificando-o com o número ou números que detêm na planta do cemitério.

#### **Artigo 34.º** **(Taxa)**

1 - Deliberada a concessão, a Junta da União das Freguesias informará os interessados para comparecerem a fim de procederem ao pagamento da taxa devida pela concessão dos terrenos.

#### **Artigo 35.º** **(Título e Transmissão)**

1 - A concessão de terrenos será titulada por alvará do Presidente da Junta da União das Freguesias, do qual será extraída fotocópia que será convenientemente arquivada na Junta da União das Freguesias.



2 - Do referido alvará, que será transcrito em livro existente na Junta da União das Freguesias para o efeito, constarão os elementos de identificação do concessionário e a sua morada, referências ao jazigo ou sepultura perpétua respetivos, nele devendo mencionar-se, por averbamento, todas as entradas e saídas dos restos mortais.

## **SECÇÃO II**

### **Dos Direitos e Deveres dos Concessionários**

#### **Artigo 36.º** **(Prazo de Edificação)**

1 - A construção de jazigos particulares a que alude o artigo 46.º deve concluir-se dentro do prazo fixado pela Junta da União das Freguesias.

2 - A inobservância do prazo fixado fará incorrer o concessionário na multa de 250 €, marcando-se novo prazo. Se este também não for cumprido, caduca a concessão, com perda das importâncias pagas, revertendo para a Autarquia todos os materiais encontrados no local da obra.

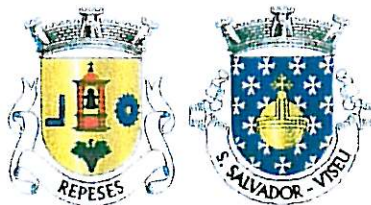
#### **Artigo 37.º** **(Autorização dos Atos)**

1 - As inumações, exumações e trasladações a efetuar em jazigos ou sepulturas perpétuas dependem de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o representar.

2 - Sendo vários a concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título.

3 - Os restos mortais do concessionário serão inumados independentemente de autorização.

4 - Sempre que o concessionário não declare que a sua inumação tem carácter temporária, ter-se-á a mesma como perpétua.



### **Artigo 38.º** **(Promoção de Trasladação)**

1 - O concessionário do jazigo particular pode promover a trasladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, depois de publicação de éditos em que aqueles sejam devidamente identificados e onde se avise o dia e hora a que terá lugar a referida trasladação.

2 - A trasladação a que alude este artigo só poderá efetuar-se para outro jazigo ou para ossário da União.

3 - Os restos mortais depositados a título perpétuo não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário.

### **Artigo 39.º** **(Abertura Forçada e Outros Deveres)**

1 - O concessionário de jazigo que, a pedido do interessado legítimo não faculte a respetiva abertura para efeitos de trasladação de restos mortais no mesmo inumado, será notificado a fazê-lo em dia e hora certa, sob pena do Presidente da Junta da União das Freguesias promover a abertura do jazigo.

2 - Neste último caso, será lavrado auto do que ocorrer, assinado pelo membro da Junta da União das Freguesias que preside ao ato e por duas testemunhas.

### **Artigo 40.º** **(Proibição de Negócio)**

1 - Será punido com multa de montante igual ao que lhe tenha sido pago, o concessionário que receber quaisquer importâncias pelo depósito de corpos ou ossadas no seu jazigo.

## **CAPITULO VI** **Das Sepulturas e Jazigos Abandonados**

### **Artigo 41.º** **(Abandonos - Definição)**

1 - Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos, os jazigos cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus





direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de éditos publicados em dois jornais mais lidos no concelho e afixados nos lugares de estilo.

2 - O prazo a que se refere este artigo, conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos proprietários, ou de situações suscetíveis de interromperem a prescrição, nos termos da lei civil.

3 - Simultaneamente com a citação dos interessados, colocar-se-á no jazigo placa indicativa do abandono.

#### **Artigo 42.º (Publicitação)**

1 - Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo anterior, será o processo, instruído com todos os elementos comprovativos dos factos constitutivos do abandono e do cumprimento das formalidades no mesmo artigo estabelecidas, e presente ao Presidente da União das Freguesias, para ser declarada a prescrição.

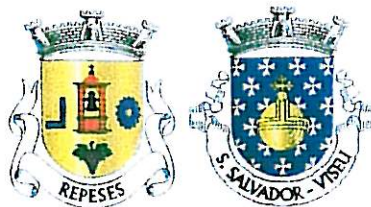
2 - O Presidente da União das Freguesias, precedendo deliberação desta, fará a declaração de prescrição do jazigo, à qual será dada a publicidade referida no mencionado artigo anterior.

#### **Artigo 43.º (Ruínas)**

1 - Quando um jazigo se encontrar em ruínas, o que será confirmado por uma comissão a constituir pelo Presidente da União das Freguesias, desse facto se dará conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de receção, fixando-se-lhes um prazo para procederem às obras necessárias.

2 - A comissão indicada neste artigo compõe-se de três membros, devendo um destes, pelo menos, ser técnico superior legalmente habilitado para o efeito.

3 - Se houver perigo iminente de derrocada ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da União das Freguesias ordenar a demolição do jazigo, que se comunicará aos interessados em carta registada com aviso de receção.



**Artigo 44.º**  
**(Restos Mortais não Reclamados)**

1 - Os restos mortais existentes em jazigo a demolir ou declarado prescrito, quando deles sejam retirados, depositar-se-ão, com carácter de perpetuidade, no local reservado pela Junta da União das Freguesias para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo de 30 dias sobre a data da demolição ou da declaração da prescrição, respetivamente.

**Artigo 45.º**  
**(Âmbito deste Capítulo)**

1 - O preceituado neste capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações, às sepulturas perpétuas.

**CAPÍTULO VII**  
**Das Construções Funerárias**

**SECÇÃO 1**  
**Das obras**

**Artigo 46.º**  
**(Licenciamento)**

1 - O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares, deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento instruído com o projeto da obra, em duplicado, elaborado por técnico devidamente habilitado nos termos da legislação aplicável.

2 - Será dispensada a intervenção do técnico para pequenas alterações que não afetem a estrutura inicial da obra.

**Artigo 47.º**  
**(Requisitos do Projeto)**

1 - Do projeto referido no artigo anterior constarão os seguintes elementos:

- a) Desenhos devidamente cotados, à escala mínima de 1:50;
- b) Memória descritiva da obra, em que se especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor, etc.;



c) - Na elaboração e apreciação dos projetos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias, exigida pelo fim a que se destinam.

#### **Artigo 48.º** **(Apreciação dos Projetos)**

1 - Os projetos a que alude o artigo anterior deverão ser entregues pelo interessado diretamente na Câmara Municipal, para aprovação e licenciamento.

#### **Artigo 49.º** **(Requisitos Mínimos dos Jazigos)**

1 - Os Jazigos serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

- Comprimento --- 2 metros
- Largura ----- 0,75 metros
- Altura ----- 0,55 metros

1- Nos jazigos não haverá mais do que cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também, dispor-se em subterrâneos.

2 - Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir a infiltração de águas.

#### **Artigo 50.º** **(Requisitos dos Ossários)**

1 - Os ossários dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

- Comprimento -- 0,80m
- Largura ----- 0,50m
- Altura ----- 0,40m

2 - Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.





Admite-se ainda a construção de ossários subterrâneos, em condições idênticas e com observância do determinado no n.º2 do artigo 50.º.

### **Artigo 51.º** **(Revestimento)**

1 - As sepulturas perpétuas poderão ser revestidas em cantaria, com espessura máxima de 0,10 m, sempre que a isso se disponham os concessionários.

### **Artigo 52.º** **(Obras de Conservação)**

1 - Nos jazigos devem efetuar-se obras de conservação, pelo menos de dez em dez anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.

2 - Para efeitos do disposto na parte final do corpo deste artigo e sem prejuízo do determinado no artigo 43.º, os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se-lhes prazo para execução das mesmas.

3 - Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo estabelecido no ponto 2, pode a Junta da União das Freguesias ordenar diretamente as obras, a expensas dos interessados. Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsável pela totalidade das despesas.

4 - Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá a Junta da União das Freguesias prorrogar o prazo previsto no corpo deste artigo.

5 - Sempre que o concessionário do jazigo ou sepultura perpétua não tiver indicado à Junta da União das Freguesias a morada atual, será irrelevante a invocação de falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o ponto 2.

### **Artigo 53.º** **(Casos Omissos)**

1 - A tudo o que nesta secção não se encontre especialmente regulado, aplicar-se-á o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e legislação especial adequada em vigor.



## **SECÇÃO II**

### **Dos sinais funerários e do embelezamento dos jazigos e sepulturas**

#### **Artigo 54.º (Sinais Funerários)**

1 - Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas, assim como a inscrição tumular e outros sinais funerários costumados.

2- Não serão consentidas inscrições tumulares que, pela sua redação ou desenho, possam considerar-se desrespeitosas.

#### **Artigo 55.º (Embelezamento)**

1 - É permitido embelezar as construções funerárias através de revestimento adequado, vasos para plantas, ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local.

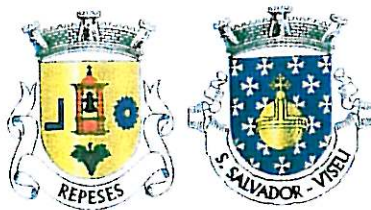
#### **Artigo 56.º (Autorização Prévia)**

1 - A realização, por particulares, de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização do Presidente da União das Freguesias e à orientação e fiscalização desta.

## **CAPÍTULO VIII Disposições Gerais**

#### **Artigo 57.º (Proibições)**

1 - No recinto do cemitério é proibido:



- a) - Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b)- Deitar para o chão ou colocar noutra local que não sejam os recipientes lá existentes para o efeito, papel, plantas, detritos ou outras matérias que possam conspurcar;
- c) - Entrar acompanhado de qualquer animal;
- d) - Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separam as sepulturas;
- e) - Colher flores ou danificar árvores ou plantas;
- f) - Plantar árvores de fruto ou quaisquer outras plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- g) - Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objetos;
- h) - Realizar manifestações, ou fazer qualquer espécie de publicidade de carácter político;
- i) - A permanência de crianças, salvo quando acompanhadas.

**Artigo 58.º**  
**(Retirada de objetos)**

1 - Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos e sepulturas perpétuas não poderão ser daí retirados sem apresentação de autorização escrita do concessionário, nem sair do cemitério sem a anuência do Presidente da Junta da União das Freguesias.

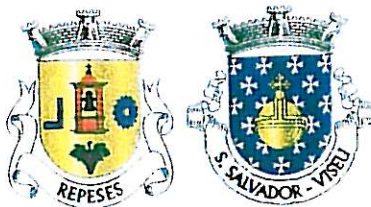
**Artigo 59.º**  
**(Entradas Proibidas)**

1 - A entrada no cemitério de força armada, banda ou qualquer agrupamento musical carece de autorização do Presidente da Junta da União das Freguesias.

**Artigo 60.º**  
**(Abertura de Caixões)**

1 - É proibida a abertura de caixões ou urnas de chumbo (caso existam) ou de zinco, salvo em cumprimento de mandato judicial ou quando seja ordenada pela autoridade de saúde competente para efeito de inumação, em sepultura temporária, de cadáveres trasladados após o falecimento, devendo estar presente o Presidente da Junta ou seu Representante.





**Artigo 62.º**  
**(Contraordenações)**


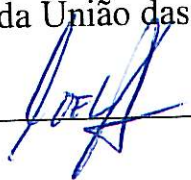


1 - As infrações ao presente Regulamento, para as quais não tenha sido previstas penalidades especiais, serão punidas com a multa de 100 €.

**Artigo 63.º**  
**(Entrada em Vigor)**

Este Regulamento entra em vigor no dia 1 de Maio de 2014

Aprovado em reunião da União das Freguesias em 5 de MARÇO de 2014

O Executivo da União das Freguesias

  
  
  
 Nélson José dos Reis Mendes

Aprovado pela Assembleia da União das Freguesias, em sessão de

28 de ABRIL de 2014

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

  
Rui Pedro Paulo Monteiro Almeida Costa de Sousa

Os membros da Assembleia de Freguesia,

Romário Ribeiro S. f. f.

Pa. Isabel Pereira da Costa T. f. f. - Ferreira

João Filipe Dias Paulo Paulo Loureiro

Carla Maria Abibe Ribeiro de Almeida

João Manuel Loureiro Gomes

Suzanne Marie Martin L. f. f.  
Luís Alberto de Jesus  
Paulo f. f.